

GRELHA DE CORREÇÃO

FINANÇAS PÚBLICAS

EXAME FINAL

COINCIDÊNCIAS | 26 DE JUNHO DE 2019 | DURAÇÃO: 120 MINUTOS

“O Programa de Estabilidade 2019-2023 (PE/2019) prevê que o saldo orçamental prossiga uma trajetória de melhoria até atingir um excedente de 0,9% do PIB em 2021. Contudo, face ao previsto em abril de 2018 no PE/2018, a trajetória do saldo global foi revista em baixa.

A exceção é o ano de 2019, uma vez que a previsão de défice de 0,2% é mantida, acomodando um impacto mais desfavorável em 749 M€ do que o previsto no OE/2019 da injeção de capital no Novo Banco, por via de uma revisão em alta da receita e de uma redução da previsão de investimento público.”

(Conselho de finanças Públicas, 2019)

1. Defina excedente orçamental formal e substancial.

RESPOSTA:

- *Distinguir receitas e despesas correntes e de capital (activo patrimonial) e receitas e despesas efectivas e não efectivas (activo de tesouraria);*
- *Enunciar os artigos relevantes da LEO: artigos 9.º, 23.º, 25.º e 28.º e explicar qual o critério em vigor.*
- *Equilíbrio europeu – SEC95 e equilíbrio clássico.*

2.É possível, no ano económico em curso, o Parlamento tomar decisões orçamentais que impliquem a redução de despesa?

RESPOSTA:

- *Artigo 167º, n.º 2 da CRP*
- *Redução de despesa – válida, mas ineficaz*
- *Princípio da legalidade: artigos 165.º, 103.º e lei-travão*

3.Em que medida a injeção de capital num Banco pode pôr em causa a equidade intergeracional?

RESPOSTA:

- *O artigo 13.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, estabelece no n.º 1 que “a atividade financeira do setor das administrações públicas está subordinada ao princípio da equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações, de modo a não onerar excessivamente as gerações futuras, salvaguardando as suas legítimas expectativas, através de uma distribuição equilibrada dos custos pelos vários orçamentos num quadro plurianual”.*
- *Tal regra ou princípio é uma exceção ao princípio orçamental da anualidade, impondo, para efeitos da repartição de benefícios e custos entre gerações, uma perspetiva plurianual.*
- *Neste domínio, o princípio da equidade intergeracional obriga a uma necessária ponderação entre o que se gasta no presente e os gastos que se assumem para o futuro, de forma a que proveitos e custos tenham uma distribuição equitativa.*
- *O princípio da equidade intergeracional está profundamente relacionado com o princípio da sustentabilidade das Finanças Públicas.*
- *Distinguir orçamento de caixa de orçamento de compromissos*
- *CrITÉRIOS do EUROSTAT na definição do défice.*

4. Enumere e explique os princípios e regras financeiras mais importantes.

RESPOSTA:

- *Princípio da plenitude (artigo 5.º da LEO);*
- *Princípio do equilíbrio (artigo 9.º da LEO).*

5. Explique qual a relação da decisão financeira nacional com as obrigações decorrentes do Tratado Orçamental.

RESPOSTA:

- *A influência do pensamento neoclássico redundando no princípio de condução da política macroeconómica “rules rather than discretion” (Kydland and Prescott, 1980), e que vem sendo adotada na União Europeia;*
- *Os principais instrumentos da política europeia no domínio da política orçamental e das finanças públicas, sobretudo após a crise de 2008-2009 (‘Six Pack’, ‘Pacto Orçamental’, Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade): o reforço da ortodoxia no domínio da política orçamental;*
- *Reflexão sobre os desafios que se colocam ao projeto europeu; a crise do euro (a discussão sobre a permanência no euro por parte de pequenas economias, com as características de Portugal)*
- *Reflexão sobre medidas já adotadas ou a adotar no contexto europeu para fazer face a choques assimétricos: o reforço do federalismo orçamental na Europa*
- *A nível interno, que medidas equacionar quer no plano do ajustamento orçamental, com vista à garantia da sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas portuguesas, quer no plano do ajustamento estrutural.*

6. Em que medida os saldos orçamentais influenciam a tomada da decisão financeira?

RESPOSTA:

- *Identificar o conceito de restrição orçamental*
- *Distinguir conceito de equilíbrio interno do externo*
- *Equilíbrio interno*
 - o *Distinguir receitas e despesas correntes e de capital (activo patrimonial) e receitas e despesas efectivas e não efectivas (activo de tesouraria);*
 - o *Enunciar os artigos relevantes da LEO: artigos 9.º, 23.º, 25.º e 28.º e explicar qual o critério em vigor.*
- *Equilíbrio europeu – SEC95 e equilíbrio clássico.*

7. Explique, fundamentadamente, qual o papel do Tribunal de Contas no controlo dos saldos orçamentais.

RESPOSTA:

- *Explicar a natureza do Tribunal de Contas como entidade jurisdicional de controlo externo;*
- *Enumerar os diplomas aplicáveis, nomeadamente a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;*
- *Distinguir o visto prévio (artigos 44.º e ss. da LOPTC) da apreciação política dos objectivos a efectuar pelo Tribunal de Contas.*
- *Identificar as competências da 2.ª Secção – Auditoria.*

8. Que regra de execução orçamental está em causa na gestão eficiente dos recursos públicos?

RESPOSTA:

- *Identificar os artigos 10.º-E e 42.º, n.º 6, alínea c), ambos da LEO;*
- *Desenvolver sobre o conceito de economia, eficiência e eficácia e relacioná-la com a intervenção do Tribunal de Contas – Secção de Auditoria.*

9. O regime da execução das receitas públicas é semelhante ao regime da execução das despesas públicas?

RESPOSTA:

- *Distinguir a tipicidade qualitativa das receitas da tipicidade quantitativa das despesas*

10. Enquadre o Conselho de Finanças Públicas no conjunto dos órgãos de controlo orçamental.

RESPOSTA:

- *Assembleia da República: Distinguir o controlo político do controlo jurisdicional;*
- *Conselho das finanças públicas é uma entidade que exerce o controlo político das previsões efectuadas, tendo em conta o quadro de exigências resultante da aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento europeu, explicando em que consistem a estabilidade financeira e os objectivos de médio prazo (OMP).*
 - *Entidade administrativa independente*
 - *Breve caracterização à luz da norma*
 - *Explicação da expressão “controlar os saldos” – o que são saldos e como se afere o equilíbrio*